



## PARECER JURÍDICO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.814/2025**

**INDICAÇÃO Nº: 353/2025.**

**ASSUNTO:** Indica ao Poder Executivo Municipal “a reforma da quadra esportiva da localidade de Boa Vista”.

**AUTOR: Arilson Rocha Fernandes**

**À Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação,**

### **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de Proposição de Indicação nº 353/2025 apresentada pelo **Vereador Arilson Rocha Fernandes**, sob o protocolo 1.814/2025, que indica ao Poder Executivo Municipal “a reforma da quadra esportiva da localidade de Boa Vista”.
2. Os autos foram encaminhados a esta Assessoria Jurídica para análise técnica-legislativa.
3. O processo legislativo em análise possui até o presente momento 04 (quatro) laudas, estando composto por: (I) Folha de rosto; (II) Proposição inicial e; (III) Despachos eletrônicos.
4. É o brevíssimo relato.

### **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

5. Inicialmente cumpre destacar que o parecer jurídico em matéria legislativa cinge-se somente à análise jurídico-formal do procedimento, nos termos da sua competência legal.
6. Por tal razão não se incursiona em discussões de ordem técnica, administrativa e orçamentária, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos





setores e comissões competentes, inclusive a veracidade das declarações/documentos carreados aos autos os quais, ante a presunção de legalidade e veracidade do ato administrativo são de responsabilidade do Agente Público.

7. Convém ainda ressaltar que **o parecer jurídico não vincula a Autoridade Pública**, não possuindo, portanto, poder decisório.
8. Deste modo, o presente parecer jurídico busca traçar pontos estritamente legais a respeito da proposição apresentada e, quando possível, apresentando elementos que possam colaborar com o Agente Público, tudo apenas e tão somente com caráter opinativo.

### III – ANÁLISE JURÍDICA – DA PREJUDICABILIDADE DA PROPOSIÇÃO

9. A proposição de indicação encontra amparo no Regimento Interno desta Casa (art. 150, inciso XII)<sup>1</sup> que disciplina seu uso como instrumento pelo qual os vereadores podem sugerir medidas de interesse público ao Poder Executivo (art. 199)<sup>2</sup>, servindo como recomendações ou solicitações para que sejam adotadas determinadas providências, sem, contudo, impor obrigações.
10. A presente proposição tem como objeto indicar ao Poder Executivo Municipal a reforma da quadra esportiva de Boa Vista, indicação essa idêntica à de nº 136/2025 (processo administrativo nº 492/2025) de autoria do Exmo. Vereador Francisco Pereira Brandão, já aprovada em sessão plenária realizada no dia 08 de Abril de 2025.
11. Nos termos do art. 165, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Marataízes, “**consideram-se prejudicadas a discussão ou votação de qualquer proposição idêntica à outra que já tenha sido aprovada** ou, ressalvados os casos previstos neste Regimento, rejeitada na mesma Sessão Legislativa”.

<sup>1</sup> Art. 150 A Câmara exerce sua função legislativa por via das seguintes proposições: [...] XII – Indicação;

<sup>2</sup> Art. 199 Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medida de interesse público ao Executivo Municipal, Estadual ou Federal, ou a órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, inclusive fundações





PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES

Av. Gov. Francisco Lacerda de Aguiar, 113  
Centro - Maratáizes/ES  
CEP. 29345-000

(28) 3532-3413

[gab.presidente@cmmaratazes.es.gov.br](mailto:gab.presidente@cmmaratazes.es.gov.br)

12. Assim, por se tratar de proposição idêntica a de nº 136/2025, tendo esta já sido discutida, votada e aprovada, esta Assessoria Jurídica entende pela inviabilidade de seu prosseguimento e consequente arquivamento.

### IV – CONCLUSÃO

13. Com as considerações aduzidas **OPINO** pela **IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO** da Proposição de Indicação em análise e seu **ARQUIVAMENTO**, consignando que a opinião da Assessoria Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos Representantes do Povo e se constituem em manifestação efetivamente legítima do Parlamento, especialmente pelo fato de adentrarem no mérito da proposição, em decorrência das repercussões políticas.

14. É o humilde parecer opinativo, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Maratáizes/ES, em 23 de Novembro de 2025.

**LUIZ FERNANDO DA SILVA PEDRA JÚNIOR**

*Procurador Geral da Câmara de Maratáizes  
OAB/ES 20.419*



Autenticar documento em <https://www.cmmaratazes.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 320038003600390036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

